

HISTÓRIAS DAS MULHERES NO ESPORTE: O GÊNERO COMO CATEGORIA ANALÍTICA

Silvana Vilodre Goellner
Dra., UFRGS, CNPq

RESUMO

Este texto objetiva analisar o gênero como uma categoria analítica importante para a pesquisa historiográfica sobre mulheres no esporte. Busca, sobretudo, enfatizar que o esporte, como um espaço generificado, produz práticas e discursos que marcam os corpos e comportamentos a partir do que cada cultura define como masculino e/ou feminino. Fundamentada na teorização feminista pós-crítica evidencia, ainda, a contribuição das epistemologias feministas para esse campo de estudos cuja produção têm contribuído para romper com visão binária que coloca homens e mulheres em constante oposição

ABSTRACT

This text analyzes gender as an important analytic category for historiographic research on women in sport. Above all, it seeks to show that sport, as a gendered space, produces practices and discourses that mark bodies and behaviors through what each culture defines as masculine and/or feminine. Furthermore, grounded in post-critical feminist theory, it provides evidence for the contribution that feminist epistemologies make to this field of studies, breaking with binary categories that place men and women in constant opposition.

RESUMEN

Este texto objetiva analizar el género como una categoría analítica importante para la investigación historiográfica sobre mujeres en el deporte. Busca, sobretodo, enfatizar que el deporte, como un espacio generificado, produce prácticas y discursos que marcan los cuerpos y comportamientos a partir de lo que cada cultura define como masculino y/o femenino. Fundamentada en la teorización feminista pós-crítica evidencia, aún, la contribución de las epistemologías feministas para ese campo de estudios cuya producción ha contribuido para romper con la visión binaria que coloca hombres y mujeres en constante oposición.

Os homens – no masculino e no feminino, na infância, na juventude, na maturidade e na velhice, do nascimento até à morte – não vivem apenas no meio dos objectos e dos pensamentos de todos os dias, vivem com o seu corpo, por meio do seu corpo. Este objecto de estudo da anatomia, da fisiologia, da biologia, transformou-se também em objecto da história. As representações colectivas do corpo, esse suporte da saúde, da doença, do exercício físico, da sexualidade são diferentes, conforme as sociedades e as épocas. A história do corpo só assume todo o seu significado ao nível do quotidiano (LE GOFF, 1994, p. 8).

Adotar como objeto de investigação as mulheres, os esportes e suas historicidades é, sem dúvida alguma, uma opção individual e está permeada por significações que cada autora/a empreende ao seu esforço investigativo. É ainda político porque circunscrito ao ambiente acadêmico, onde temáticas como essas se encontram, muitas vezes, nas zonas de sombra sendo responsabilidade do/a pesquisador/a trazê-las à luz, conquistar espaços, atribuir-lhes sentidos. Político também porque fazer pesquisa implica em fazer opções

epistemológicas e metodológicas e estas nunca são neutras, a-históricas, muito menos universalistas.

Vale lembrar que, como qualquer outro campo de conhecimento, a História é historicamente datada, está ancorada no tempo e tem narrado o mundo de acordo com interesses, pessoais, políticos, sociais, econômicos, culturais, étnicos, evidenciando, sobretudo, a impossibilidade de descrever o real como ele é. “Toda a pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural e está submetido a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade” (CERTEAU, 1982, p. 66). Em outras palavras: a História é um dos muitos discursos que existem acerca do mundo, do real e da humanidade tendo sua territorialidade atrelada ao que já aconteceu, ao passado. Assinala, desde há muito tempo, que “fazer lembrar” deve ser uma preocupação humana. Fazer lembrar, mas também “fazer esquecer”, na medida em que, ao contar sobre um tempo que já não é mais, a História tanto pode “celebrar” o que deve ser lembrado quanto “invisibilizar” o que deve ser esquecido. Nessa perspectiva recorro a Jenkins quando afirma que

o passado e a história não estão unidos um ao outro de tal maneira que se possa ter apenas uma leitura histórica do passado. O passado e a história existem livres um do outro; estão muito distantes entre si no tempo e no espaço. Isto porque o mesmo objeto de investigação pode ser interpretado por diferentes práticas discursivas (...) ao mesmo tempo em que, em cada uma destas práticas, há diferentes leituras interpretativas no tempo e no espaço (2004, p. 24).

Nesse sentido é possível afirmar que o trabalho historiográfico busca se aproximar o máximo possível do que aconteceu um dia e que o/a historiador/a pode relatar um tempo transcorrido mesmo que esse mesmo tempo ou fato relatado possa ser objeto de outras tantas versões. Trabalha, portanto, não com a verdade mas com a verossimilhança. Para tanto constrói “uma trama e uma narrativa do passado a partir das fontes existentes, dos recursos teórico-metodológicos escolhidos e de um olhar, dentre vários outros possíveis, marcado por nossa atualidade, vale dizer, por nossa inserção cultural e social, enfim, por nossa própria subjetividade” (RAGO, 2004, p. 10).

Pensando no que comumente tem sido denominado de “História das Mulheres” é possível vislumbrar um horizonte pleno de multiplicidades, de interpretações, de olhares, de formas de narrar suas trajetórias, histórias de vida, biografias, ações políticas, culturais, esportivas, entre outras. Essa multiplicidade advém tanto das configurações teóricas e metodológicas adotadas pelas/os historiadoras/es, quanto das questões afetas à compreensão que se têm acerca do objeto específico de investigação, ou seja, sobre as próprias mulheres. Isso significa afirmar que na historiografia sobre mulheres tanto se pode encontrar abordagens que tratam das mulheres como um bloco uníssono quanto aquelas que as analisam ressaltando suas particularidades e diferenças¹.

No âmbito do esporte e da educação física, a pesquisa historiográfica sobre mulheres tem se constituído como uma possibilidade investigativa de várias autoras e autores no Brasil². Apesar das diferentes correntes epistemológicas e metodológicas

¹ Essas duas compreensões podem ser identificadas em estudos historiográficos (internacionais e nacionais) que tematizam as mulheres no esporte. Tem sido, também, objeto de reflexões de autoras/es que discutem gênero e esporte tendo como aporte teórico as epistemologias feministas. Discussões como estas podem ser identificadas em Pfister and Hartmann-Tews (2003); Silva, Gomes, Graça e Amândio (2005), Goellner (2005), Devide (2005), Macdonald (2007) entre outra/os.

² Essa afirmação pode ser observada no número crescente de trabalhos apresentados, por exemplo, no Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, evento que, desde 1979, acontece a cada dois anos

que utilizam para analisar essa presença, cabe mencionar que estes textos possibilitam tornarem-se visíveis trajetórias particulares que, de uma maneira ou outra, construíram e constroem a história do esporte nacional. Permitem conhecer diferentes mulheres cujos corpos e memórias chegam até nosso presente através de rastros do passado, vestígios recolhidos de um outro tempo e ressignificados á luz da interpretação do presente. Possibilitam, sobretudo, identificar que os corpos, as gestualidades, as representações de saúde, beleza, performance, sexualidade são construções históricas que, em diferentes tempos e culturas foram associadas aos homens e/ou as mulheres.

Considerando que os corpos não se traduzem em matéria universalmente edificada pelos desígnios da natureza, enfatizo a importância da utilização do “gênero” como uma categoria analítica visto que esse conceito é fundamental para perceber os processos pelos quais, no interior de redes de poder³, a diferença biológica é tomada para explicar desigualdades sociais gestando, assim, formas de inclusão e exclusão de sujeitos e grupos.

Vários outros argumentos poderiam ser utilizados para demarcar a importância dos estudos de gênero no campo da Educação Física e do esporte, não apenas nas abordagens historiográficas. No entanto, um deles, por si só, já garante sua existência: o gênero nos constitui, inscreve-se na nossa carne. Isso significa perceber que “os corpos carregam discursos como parte de seu próprio sangue” (BUTLER apud PRINS e MEIJER 2002, p.163). Eles, os discursos, se acomodam no corpo e os generificam.

Os corpos fazem-se femininos e masculinos na cultura e essas representações, apesar de serem sempre transitórias, marcam nossa pele, nossos gestos, nossos músculos, nossa sensibilidade e nossa movimentação. Melhor dizendo: as marcas culturais que contornam as representações que temos de masculino e feminino são históricas, mutantes e provisórias. Simbólica ou física, essa marcação pode ser indicada, por exemplo,

por uma aliança de ouro, por um véu, pela colocação de *piercing*, por uma tatuagem, por uma musculação “trabalhada”, pela implantação de uma prótese... o que importa é que ela terá, além de efeitos simbólicos, expressão social e material. Ela poderá permitir que o sujeito seja reconhecido como pertencendo a determinada identidade; que seja incluído em ou excluído de determinados espaços; que seja acolhido ou recusado por um grupo; que possa (ou não) usufruir direitos; que possa (ou não) realizar determinadas funções ou ocupar determinados postos; que tenha deveres ou privilégios; que seja, em síntese, aprovado, tolerado ou rejeitado (LOURO, 2004, p. 84).

No campo do esporte, essa marcação não se dá de forma deslocada de outras tantas presentes no cotidiano dos indivíduos e seus corpos. Os gestos, as musculaturas, as roupas, os acessórios, os suplementos alimentares, carregam consigo significados que, na nossa sociedade e no nosso tempo, estão associados ao feminino e ao masculino. Essas marcas produzem efeitos e, não raras vezes, são reclamadas para justificar a inserção, adesão e permanência de homens e mulheres em diferentes práticas corporais e esportivas

Além disso, induzem a acreditar que estas características já nascem grudadas ao sexo biológico e que são elas que determinam, em grande parte, os traços de caráter, o comportamento, as funções sociais, os espaços de pertencimento e as possibilidades de movimentação para eles e para elas. Esse pensamento está associado ao que se denomina

sob organização do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Pode ser reconhecida, ainda, nos Anais dos Encontros de História da Educação Física e Esporte cuja primeira edição aconteceu em 1997 na Unicamp e a última (10ª. edição) em 2006 na Universidade Federal do Paraná.

³ Poder aqui é tomado a partir da teorização de Michel Foucault que o percebe como difuso, descentralizado e horizontal.

de determinismo biológico, perceptiva teórica que sustenta a idéia de que as “normas comportamentais compartilhadas bem como as diferenças sociais e econômicas existentes entre os grupos humanos – principalmente de raça, classe e sexo – derivam de distinções herdadas e inatas” (Gould, 1999, p 4).

Se é conformação anatômica dos sujeitos aquilo que os define, dentro dessa perspectiva, nada mais “natural” que recomendar aos homens e mulheres diferentes possibilidades de movimentação. A eles a aventura, a potência, o desafio, a força; a elas, a aventura comedida, a potência controlada, a força mensurada, o desafio ameno. Para as mulheres, em grande medida, é incentivado viver o espetáculo esportivo desde que não deixe de lado, por exemplo, a graciosidade, a delicadeza e a beleza, atributos colados uma suposta “essência feminina”.⁴ Argumentos como estes operam como mecanismos de exclusão e inclusão em diferentes modalidades esportivas, posicionam as mulheres, demarcam seus espaços de sociabilidade pois insistem em afirmar que determinadas atividades não são apropriadas aos seus corpos vistos, grosso modo, como de natureza mais frágil que os corpos dos homens. Para Hult,

a participação feminina no esporte sempre foi alvo de muitas controvérsias. Há algumas décadas, as mulheres eram interditadas de participar de qualquer atividade esportiva, sob diversas alegações, desde sua fragilidade física, passando pela sua condição materna, e até mesmo pelo fato da arena esportiva fortalecer o espírito do guerreiro masculino, sendo apontado como o único local no qual a supremacia masculina seria incontestável (apud Knijnik e Vasconcellos, 2003, p. 51).

A lógica que sustenta afirmações desse porte é aquela que vê homens e mulheres como seres diferentes e em oposição, possuidores de corpos que são igualmente diferentes e se constituem, igualmente em oposição.⁵ Por entenderem que a oposição binária engessa, fixa e determina comportamentos excludentes entre os sexos algumas teóricas da segunda onda do feminismo investiram na desconstrução desta representação. Segundo Joan Scott, o binarismo impossibilita a percepção das pluralidades e das diversidades, pois ao colocar os dois termos em oposição, constrói igualdade de cada lado da oposição ocultando, assim, as múltiplas identificações existente entre os lados opostos. O binarismo e o pensamento dicotômico exacerbam a oposição. Com isso, “cada lado da oposição é apresentado e representado como um fenômeno unitário. Assume que tudo em cada categoria (mulher/homem) é a mesma coisa (é igual); portanto, se suprimem as diferenças dentro de cada categoria” (Mariano, 2005, p. 487).

Contrapondo-se a essa visão binária as feministas pós-críticas têm evidenciado que existem diferentes formas de viver a feminilidade e masculinidade e estas se constroem

⁴ Gostaria de enfatizar que elegi falar de mulheres e de feminilidades. O que não significa que esteja tomando os homens e as masculinidades como deslocadas desse sistema da representação e produção de sentidos. A questão aqui é política. É de conferir visibilidade ao feminino o que, de forma alguma, significa considerar os homens como “inimigos”. É, exatamente, essa forma binária de ver e entender o mundo que estou tentando desconstruir.

⁵ O livro “Inventando o Sexo”, de Thomas Laqueur (2001) é fundamental para entender essa diferenciação. Ao analisar sexo e gênero desde os gregos ao século XVIII evidencia uma mudança significativa na noção de corpo. Até o século XVIII imperava o que denomina da “noção unissexuada” ou de sexo único, segundo a qual o corpo feminino era identificado igual, no entanto, menos desenvolvido que o masculino. A partir desse período o corpo feminino passa a ser visto diametralmente diferente do masculino. Segundo Nicholson “esta tendência de ver as diferenças físicas que separam homens e mulheres em termos cada vez mais binários, aparecia também a nova tendência a ver as diferenças físicas como a cauda própria da distinção masculino/feminino (2000, p. 20).

dentro de relações sociais, nunca separadamente, nem mesmo em posição de uma em relação à outra. Constroem-se na relação entre si e na articulação destas com outras categorias tais como classe, etnia, religião, geração, entre outros, tendo no corpo uma materialização dessa construção. Rompe-se, aqui, com a percepção de que há uma base biológica natural dada (o corpo) sobre a qual são sobrepostas as influências sociais (o comportamento, atitudes, personalidade).

Linda Nicholson, ao tentar romper com relação linear entre biologia e socialização, afirma que a diferença sexual representa a persistência de um ponto comum entre várias culturas. Nesta perspectiva as diferenças entre as mulheres são pensadas numa coexistência mais do que numa interseção, o que pode representar um equívoco. Para Nicholson não há aspectos comuns emanando da biologia. Nas suas palavras:

A população humana difere dentro de si mesma, não só em termos de expectativas sociais sobre como pensamos, sentimos e agimos; há, também diferenças nos modos como entendemos o corpo. Conseqüentemente, precisamos entender as variações sociais na distinção masculino/feminino como relacionadas a diferenças que “vão até o fundo” – aquelas diferenças ligadas não só aos fenômenos limitados que muitas associamos ao “gênero” (isto é, a estereótipos culturais de personalidade e comportamento), mas também a formas culturalmente variadas de se entender o corpo. Essa compreensão não faz com que o corpo desapareça da teoria feminista. Com ela o corpo se torna, isso sim, uma variável, mais do que uma constante, não mais capaz de fundamentar noções relativas à distinção masculino/feminino através de grandes varreduras da história humana, mas sempre presente como elemento importante na forma como a distinção masculino/feminino permanece atuante em qualquer sociedade (NICHOLSON, 2000, p. 8-9).

Ao refutar a assertiva de que a identidade sexual prevê um eu masculino ou feminino precisamente diferenciado e profundamente enraizado num corpo diferenciado sexualmente, Nicholson analisa que, embora muitas sociedade e culturas possuam distinções masculino/feminino e também as relacionem, de forma mais ou menos significativa ao corpo, as “diferenças sutis na forma como o próprio corpo é pensado podem ter algumas implicações fundamentais para o sentido do que é ser homem ou mulher e representar, conseqüentemente, diferenças importantes no grau e no modo como o sexismo opera” (p. 30).

Pensar essa representação no campo da Educação Física e do esporte implica deixar de observar o corpo como um dado natural e universal sobre o qual se agregam valores, atitudes, comportamentos, gestualidades e performances. Pressupõe, entender que, por mais que o corpo possa ser identificado como o local primeiro a designar diferenciações sociais é nele que reside os princípios de sua ruína. Nesse sentido, as justificações biológicas que fundamentam as recomendações diferenciadas para mulheres e homens no campo do esporte merecem, no mínimo, serem observadas com desconfiança.

Referindo-se ao contexto canadense e norte-americano do início do século XX, a historiadora Helen Lenskyj chama a atenção para algo importante de ser considerado na rede de significações que giram em torno da participação e permanência das mulheres no esporte.

A habilidade esportiva dificilmente se compatibilizava com a subordinação feminina tradicional da sociedade patriarcal; de fato, o esporte oferecia a possibilidade de tornar igualitárias as relações entre os sexos. O esporte, ao minimizar as diferenças socialmente construídas entre os sexos, revelava o caráter tênue das bases biológicas de tais diferenças; portanto, constituía uma ameaça séria ao mito da fragilidade feminina (apud ADELMAN, 2003, p. 448).

Noutras palavras: os argumentos biológicos que historicamente têm servido para naturalizar as diferenças sociais entre sujeitos perdem força e legitimidade diante da percepção de que se traduzem em construções discursivas atreladas a redes de significação e de poder. O poder, por exemplo, de indicar as modalidades que homens e mulheres podem/devem praticar, de classificar níveis de performance possíveis de serem desenvolvidos, de inferir as habilidades e capacidades físicas de cada um, de nomear aqueles/aqueles que correspondem a essas expectativas ou, ao contrário, quem delas escapa⁶.

Biologia e cultura se hibridizam e constituem o corpo humano e, nenhum desses pólos, é único, fixo e determinante. O corpo não está fora da cultura e da história. Como objeto de conhecimento é uma categoria construída por um discurso particular que, ao enfatizar as diferenciações biológicas, o trata como dado e natural. O discurso biológico que legitima a diferenciação entre homem e mulheres no esporte não passa, portanto, de uma construção discursiva.

Essa afirmação de modo algum nega a existência de diferenças biológicas entre os sexos mas, propõe um deslocamento do foco central da análise: mais do que buscar explicações que possam medir, comparar ou explicar fisiologicamente as diferenças entre as performances do homem e da mulher no esporte, deveríamos nos indagar porque essas diferenças, e não outras quaisquer, são tomadas como as mais importantes para demarcar tal distinção (Willis, 1994). Ao invés de afirmar, por exemplo, que mulheres bóiam mais facilmente que homens⁷, deveríamos averiguar os motivos pelos quais a anatomia sexual tem sido território privilegiado para questionar a presença de mulheres em esportes como o futebol, o rugby, as lutas ou o fisiculturismo.

De outro modo: não é o corpo “em si” que define a modalidade esportiva mais adequada para uma mulher nem mesmo se ela tem ou não capacidade para gerir uma federação ou para treinar uma equipe de alto rendimento. É a discursividade construída sobre a funcionalidade do corpo e sua correlata associação aos processos de socialização que provoca e constrói tais demarcações. Somente quando dissociarmos a biologia da socialização é que seremos capazes de identificar que os corpos, os comportamentos, as masculinidade e as feminilidades são plurais.⁸ Poderemos, então, aceitar que o esporte é um local de produção de corpos generificados, não porque são generificados em sua essência, mas porque são assim construídos no interior das práticas, saberes e discursos que o integram e que estão no seu entorno.

É inquestionável a visibilidade que o esporte, nas suas mais diferentes dimensões, tem na cultura contemporânea. Tornou-se um território de exposição de corpos femininos e masculinos que, ao exibirem-se e serem exibidos, educam outros corpos. Educam a

⁶ Desnaturalizar essas construções têm sido um investimento identificado, tanto em alguns estudos historiográficos como em estudos que utilizam o conceito de gênero para analisar a participação das mulheres no esporte brasileiro. Dentre eles cito Mourão (1998), Oliveira (2002); Devidé (2002); Knjinick (2003), Romero (2005) entre outros.

⁷ Referência a reportagem publicada no Jornal Zero hora que, depois de indagar quem flutua melhor, faz a seguinte consideração: “Homens e mulheres têm uma densidade inferior à da água, mas a das mulheres é um pouco menor (0,962kg/m³ delas contra 0,978kg/m³ deles). Isso se deve, entre outros fatores, a uma constituição corporal que inclui ossos menos densos, bacia maior que a cintura e mais quantidade de tecido adiposo (gordura), todos relacionados à gestação. Portanto as mulheres flutuam melhor que os homens, que precisam empregar força muscular para obter uma melhor sustentação na água” (LOPES e SANTOS, 2004, p. 32).

⁸ Sobre a relação biologia e cultura na atribuição de sentidos ao corpo e ao gênero ler Donna Haraway (1992) e Luis Henrique dos Santos (2004).

consumir produtos e serviços, idéias e representações (de saúde, sensualidade, beleza, sucesso, etc), a desfilar marcas, a padronizar gestos, a comercializarem-se, a fabricar imagens heróicas, a expressar emoções, a superar limites, a criar necessidades e também a vender o próprio corpo como um dos produtos de uma sociedade que valoriza o espetáculo, o consumo, a estética, a juventude e a produtividade. Educam, também, masculinidades e feminilidades.

Questões como estas só puderam emergir, no campo da Educação Física e do esporte, com o surgimento de estudos que analisaram estes fenômenos a partir da categoria gênero (articulados ou não à perspectiva historiográfica)⁹. Nesse sentido, é inegável a contribuição da teorização feminista cuja pluralidade de análise não a torna menos importante no campo acadêmico. Ao contrário, sua presença no campo da ciência tem demonstrado que o conhecimento não é algo estático, universal ou mesmo consensual. O conhecimento é interessado e, como um campo de disputa, está constantemente atravessado por relações de poder.

Por essa razão reafirmo a importância das epistemologias feministas e dos estudos de gênero para compreender os processos históricos e contemporâneos através dos quais se deu a inserção, permanência e ampliação da participação das mulheres no campo das práticas corporais e esportivas. Mais especificamente, aquelas abordagens relacionadas ao feminismo pós-crítico que, ao romperem com a categoria universal “mulher” têm visibilizado as diferenciações e pluralidades presentes nos modos das mulheres existirem e de viverem suas feminilidades.

Ao eliminarem do horizonte analítico o determinismo biológico e os binarismos, estes estudos favorecem a aceitação da profusão de feminilidades e de masculinidades, da permeabilidade entre as fronteiras corporais e a não fixidez das identidades. Permitem, ainda, compreender que o esporte não é um campo “naturalmente” masculino, nem mesmo aquelas modalidades que exigem maior força física e vigor: como qualquer outra instância social, o esporte é um espaço de generificação, não porque reflete as desigualdades e diferenciações da sociedade em geral mas, fundamentalmente, porque as produz e reproduz

Reclamar às mulheres o direito de reivindicar o esporte como um espaço de exercício de liberdades que também é seu, mais do que um desafio acadêmico é, sim, uma necessidade política. Afinal, como afirma, Susan Bordo,

Numa cultura que é de facto construída pela dualidade sexual, não se pode ser simplesmente ‘humano’. Isso é tão impossível quanto é impossível ser-se simplesmente ‘gente’ numa cultura racista (...) A nossa linguagem, história intelectual e formas sociais são sexuadas. Não podemos fugir a este facto nem às conseqüências que ele tem nas nossas vidas. Algumas destas conseqüências podem não ser intencionais, podem até ser ferozmente combatidas; o nosso maior desejo pode ser ‘transcender as dualidades da diferença sexual’; não ter o nosso comportamento categorizado em termos de ‘masculino’ e ‘feminino’. Porém, quer nos agrade ou não, na cultura presente as nossas actividades são codificadas como ‘masculinas’ ou ‘femininas’ e funcionarão como tal no sistema prevalecente das relações de poder entre os sexos (Bordo apud Macedo e Amaral, 2005).

REFERÊNCIAS

DEVIDE, Fabiano. História das mulheres na natação brasileira do século XX. 2002. (Tese de Doutorado). Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro.

⁹ Uma análise sobre a produção acadêmica dos estudos de gênero na Educação Física brasileira pode ser encontrada no livro “Educação Física e Gênero: olhares em cena”, de Agripino Luz Júnior publicado em 2003.

_____. Gênero e mulheres no esporte: história das mulheres nos Jogos Olímpicos Modernos. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

JENKINS, K. *A História repensada*. São Paulo: Contexto, 2004.

KING, Samantha J; McDONALD, Mary G. (Post)Identity and Sport cultures: Introduction and Overview. *Sociology of Sport Journal*, vol 24, n. 1, march 2007, pp 1-19.

LAQUEUR, Thomas. Inventando sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LE GOFF, J. A História do Quotidiano. In: ARIÈS, P., DUBY, G. e LE GOFF, Jacques. *História e Nova História*. Lisboa: teorema, 1994.

LOURO, G. L. Gênero, História e Educação: construção e desconstrução. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, vol 2, nº 20, p. 101-132, jul/dez.1995.

_____. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis:Vozes, 1997.

_____. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2004.

LUZ JÚNIOR, Agripino A Educação Física e Gênero; olhares em cena. São Luis: Imprensa Universitária/UFMA/CORSUP, 2003.

GOELLNER, S.V. Gênero, Educação Física e esportes. In. VOTRE, Sebastião (org). *Imaginário & representações sociais em educação física, esporte e lazer*. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2001.

_____. *Bela, maternal e feminina: imagens da mulher na Revista Educação Physica*. Ijuí: Editora Unijuí, 2003.

GOULD, Stephen J. A falsa medida do homem. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HARAWAY, Donna. The promises of monsters: a regenerative politics for inappropriate/d others. In: GROSSBER, Laurence et all (org.) *Cultural Studies*. New York/London, Routledge, 1992.

KNIJNIK, Jorge Dorfman. A mulher brasileira e o esporte: seu corpo, sua história. São Paulo: Mackenzie, 2003.

MACEDO, A G. e AMARAL, A L. Dicionário da crítica feminista. Porto:Edições Afrontamento, 2005.

MEYER, D. E. Cultura teuto-brasileiro-evangélica no Rio Grande do Sul: articulando gênero com raça, classe nação e religião. *Revista Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 135-62, jan/jul. 2000.

MEYER Dagmar E. E Teorias e políticas de gênero: fragmentos históricos e desafios atuais. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, 2004, jan/fev, 57 (1): 13-8.

MOURÃO, Ludmila. A representação social da mulher na atividade físico-desportiva: da segregação à democratização, 1998 (Tese de Doutorado). Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro.

_____. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira, NECKEL, Jane e GOELLNER, Silvana V. *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo em educação*. Petrópolis: Vozes, 2003.

NICHOLSON, Linda. Interpretando Gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, p. 9-42, 2000.

OLIVEIRA, Gabriela Aragão. *Representações sociais de mulheres técnicas sobre o comando de equipes esportivas de alto nível*. Rio de Janeiro, 2002. 135f Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade Gama Filho.

PESAVENTO, S. J. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PFISTER, Gertrud e HARTMANN-TEWS, Ilse. Women and sport in comparative and international perspective: issue, aims and theoretical approaches. In: HARTMANN-TEWS, Ilse; PFISTER, Gertrud. (eds.) *Sport and Women: social issues in international perspective*. London: Houtledge, 2003.

PRINS, Baukje e MEIJER, Irene C. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. *Revista Estudos Feministas*. V. 10 (1), 2002.

RAGO, M. A História repensada com ousadia. In: JENKINS, Keith. *A História repensada*. São Paulo: Contexto, 2004.

ROMERO, Elaine. E, agora, vão fotografar o quê? As mulheres no esporte de alto rendimento e a imprensa esportiva. *Labrys: estudos feministas*, vol 8, ago/dez 2005. Disponível em <<http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys8/perspectivas/elaine.htm>> Acesso em 15 abr. 2007.

SANTOS, Luis Henrique s. dos biologia tem uma história que não é natural. In: Costa, Marisa Vorraber (org.) *Estudos Culturais em educação; mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema....* Porto Alegre: editora da UFRGS, 2004.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v.20, n.2, jul/dez 1995.

SILVA, Paula; GOMES, Paula B; GRAÇA, Amândio e QUEIRÓS, Paula. Acerca do debate metodológico na investigação feminista. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*. Vol 3, 358-370.

SILVA. Thomaz Tadeu da. *Teoria cultural e educação – um vocabulário crítico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

STOLKE, V. *La mujer es puro cuento: la cultura del gênero*. In: Estudos Feministas, Florianópolis, 12(2), maio-agosto 2004.

SWAIN, T. N. Intertextualidade: perspectivas feministas e foucaultianas. *Labrys: estudos feministas*, vol 4, jan/jul 2004. Disponível em <<http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys5/textos/eubr.htm>>. Acesso em 15 abr. 2007.

YRIGARAY, Lucy. A questão do Outro. *Labrys: estudos feministas*, vol 1-2, jul/dez 2002. Disponível em <<http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys5/textos/eubr.htm>>. Acesso em 23 mar. 2007.

Endereço:
ESEF-UFRGS
Rua felizardo, 750
Jardim Botânico
Porto Alegre – 90690-200
goellner@terra.com.br